



CÂMARA MUNICIPAL
DE
ANGRA DO HEROÍSMO
TERCEIRA AÇORES

BOLETIM MUNICIPAL

ANO III
Nº 35
NOVEMBRO
DE 1988

EDITOR: Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
DIRECTOR: Dr. Joaquim Ponte
REDACÇÃO: José Rodrigues Ribeiro/Henrique Barcelos

A Câmara Municipal de Évora visita a de Angra do Heroísmo

COM UMA comitiva da ordem das 150 pessoas, e na altura que fazemos esta notícia ainda não confirmada a data certa, mas em princípio, uma comitiva de 150 eborenses visitarão durante três dias a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a ilha Terceira no seu todo.

Inicialmente e sem confirmação, devem estar entre nós desde 8, 9 e 10 de Dezembro próximo, a futura cidade irmã de ÈVORA, também Património da Humanidade.

A Câmara do nosso conce-

lho e a sua Comissão de Assuntos Culturais, estão desenvolvendo esforços, para que o programa seja de interesse e agrado para os nossos ilustres visitantes.

Os 150 componentes, são na sua maioria da comitiva camarária e a outra parte acompanhantes que nos vem visitar e conhecer mais de perto.

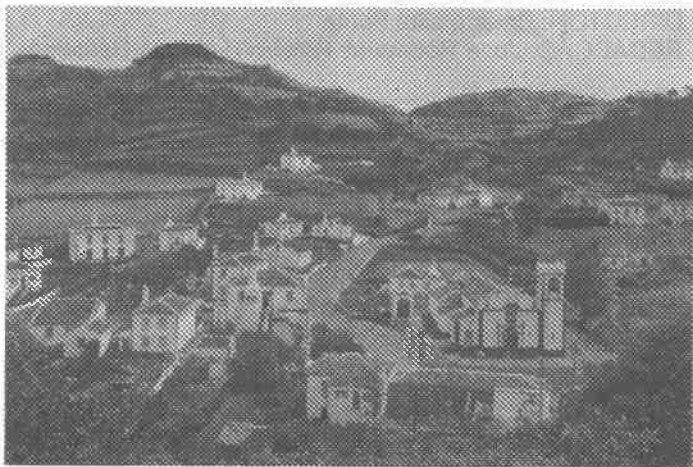
Como as certezas de momento ainda são poucas, no próximo número daremos uma reportagem mais desenvolvida de toda a visita.



Foto de Carlos Aguiar

O Arquipélago dos Açores

O Arquipélago dos Açores



Deparamos há poucos dias com uma referência bastante sumária sobre o arquipélago dos Açores, inserta no Almanaque da Direcção Geral da Educação de Adultos, referente ao ano de 1987 e só agora chegado ao nosso conhecimento. Ali se fala muito superficial-

mente das ilhas do arquipélago, terminando esse apontamento por afirmar que a Base Aérea das Lajes, desta ilha Terceira, conserva um valor inestimável.

lor estratégico e logístico que o porto da cidade de Angra representou durante quase quatro séculos para o comércio e defesa de todo o Ocidente.

É um pequeno apontamento próprio de um almanaque virado para adultos que iniciam a compreender o mundo e o seu



mente das ilhas do arquipélago, terminando esse apontamento por afirmar que a Base Aérea das Lajes, desta ilha Terceira, conserva um valor inestimável.

Não define qual é o valor da Base, mas parece querer ligar ao facto de aqui ainda continuar a rota para NOVOS MUNDO, desta vez pelos ares dos Açores e de todo o Atlântico Norte, em continuação do va-

desenvolvimento, assim como o seu tamanho e interesse. Mas de qualquer forma consideramos ser uma homenagem aos Açores e à Terceira - a terra mais portuguesa de Portugal - que vamos reproduzir na íntegra para que os nossos munícipes também o conheçam. Para os que desejam consultar, vem inserto a páginas 125 do ano de 1987:

"O arquipélago dos Açores está situado no Oceano Atlân-

tico, a oeste da Europa Meridional e compreende nove ilhas divididas por três grupos: Oriental (ilhas de São Miguel e Santa Maria); Central (ilhas Terceira, Graciosa, São Jorge,

É pois uma área muito sensível, o que explica a frequência de abalos sísmicos.

Parece que o descobrimento do arquipélago se deve a Diogo de Silves que, em 1427, des-



Pico e Faial) e Ocidental (ilhas das Flores e Corvo). Ao arquipélago pertencem ainda os minúsculos ilhéus das Formigas, série de pedregulhos inóspitos e sem condições para serem habitados por seres humanos.

As ilhas, tal como as do arquipélago da Madeira são de origem vulcânica e as erupções, infelizmente, tem lugar ainda hoje em dia. Os Açores situam-se no ponto de encontro de três grandes placas do Globo: a americana, a europeia e a africana.

cobre as ilhas de São Miguel e de Santa Maria. Entre 1427 e 1439 descobriram-se as ilhas Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial. O descobrimento do arquipélago concluiu-se em 1452, quando Diogo de Teive descobriu as ilhas das Flores e do Corvo.

A posição geográfica dos Açores conferiu-lhe um papel importante como escala nas rotas da navegação marítimas e aérea. No entanto, esse papel é

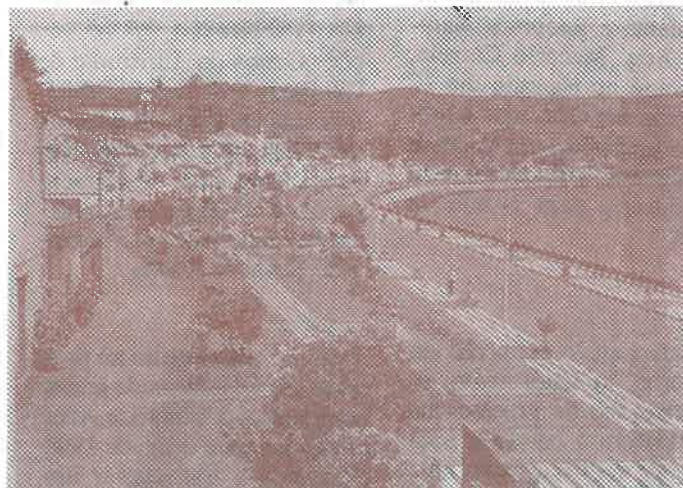




O Arquipélago dos Açores

cada vez mais reduzido, devido aos técnicos dos meios de transporte, mas a Base Aérea

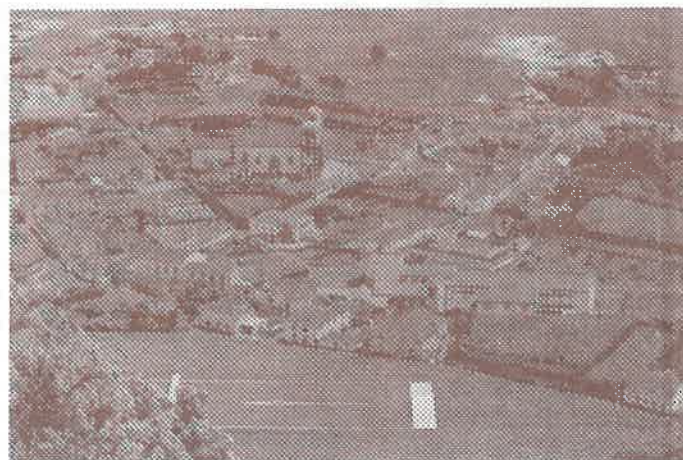
Como prémio, embora pequeno e insignificante, o Boletim Municipal e o seu redac-



das Lajes, na Terceira, conserva um valor inestimável".

Para além da simplicidade do apontamento, como se impõe ao sector a que é dirigido, desejámos fazer um pequeno reparo - POSITIVO - de não terem esquecido os ilhéus das Formigas, o encanto dos pescadores utilizando as novas armas e as novas técnicas, isto durante os meses de Verão e, ao se referirem ao descobri-

tor, vão dar uma maior e mais dilatado conhecimento do Almage e do artigo transcrito, incluindo-o nas suas páginas que são distribuídas por todas as Câmaras Municipais da Região Autónoma dos Açores, muitas de Portugal Continental, Casas do Povo, algumas Autoridades Regionais e concelhias e, ainda a grande número de munícipes. Para que a homenagem seja mais alargada e



mento do arquipélago, ao referirem em primeira prioridade São Miguel, em vez de Santa Maria, como geralmente todos os historiadores nossos conhecidos o fazem...

melhor compreendida, vamos também publicar uma fotografia de cada uma das nove ilhas que constituem a Região Autónoma dos Açores - ou simplesmente o ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES.

REI BORI



Açores

"Processo de candidaturas à Bandeira

Azul anunciado em Ofir

O Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais, Eng. Macário Correia, anunciou no passado dia 17 de Maio, em Ofir, todo o processo de candidaturas de praias portuguesas à Bandeira Azul da Europa para o ano de 1988.

Para aquele elemento do Governo "o lançamento do segundo ano do processo de candidatura à bandeira azul pretende contribuir para uma divulgação pública de como decorre o processo e dos critérios de atribuição, entretanto revistos no final do Ano Europeu do Ambiente. O Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais depois de referir que "este concurso é uma aposta na promoção do litoral e das regiões turísticas, salientou que a principal alteração verificada nos critérios de atribuição da bandeira azul da Europa foi a efectiva obrigatoriedade e a melhor especificação de alguns deles que até agora eram considerados apenas como desejáveis.

"Ter praias limpas e com infraestruturas adequadas é condição fundamental para o lazer, para o recreio e para o turismo", referiu o Eng. Macário Correia. Neste sentido, este responsável do Governo, acrescentou que "as Autoridades Locais e a Administração Central têm feito esforços consideráveis nos últimos anos, investindo milhões de contos".

Nesta conferência de imprensa organizada conjuntamente com a ANMP estiveram ainda presentes o Presidente da Associação Nacio-

nal de Municípios Portugueses, responsáveis das Direcções Gerais do Turismo e de Cuidados e de Saúde Primários, das Direcções Regionais de Ambiente e Recursos Naturais, para além de elementos das Comissões de Coordenação Regionais e da Associação Naval de Lisboa.

No que diz respeito ao processo de candidatura de praias portuguesas à Bandeira Azul da Europa para o ano de 1988 passámos a transcrever um documento relativo ao assunto distribuído pela SEARN:

Procedeu-se durante a época balnear de 1987 e pela primeira vez em Portugal à atribuição da "Bandeira Azul" da Europa às praias e portos de recreio que cumprissem um determinado número de critérios estabelecidos a nível da Comunidade Económica Europeia.

Esta campanha teve início em França em 1985, partindo a iniciativa da "Fondation pour l'Education à l'Environnement en Europe" (FEEE) com o apoio do Ministério do Ambiente Francês. O êxito da acção incitou a Comissão das Comunidades Económicas Europeias a apoiar a extensão da campanha da "Bandeira Azul" aos restantes Estados-membros da CEE.

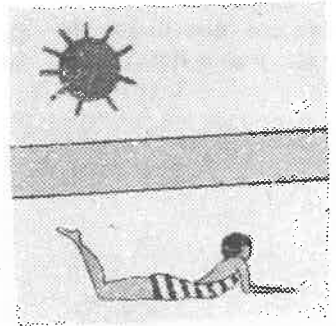
A Comissão das Comunidades Europeias pretende que esta campanha contribua para a melhoria da protecção do meio marinho e costeiro, nomeadamente que seja um instrumento que estimule o cumprimento pelas entidades competentes a nível nacional,

regional e local da Directiva 76/160/CEE acerca da qualidade das águas de banho, orientando e dirigindo os investimentos necessários à melhoria da qualidade das praias e sensibilizando o público sobre os problemas do ambiente.

O organismo coordenador (FEEE), que nesta acção contou com o apoio da Comissão das Comunidades Europeias, nomeou em cada Estado-membro um operador nacional responsável pela consecução das acções necessárias.

Em Portugal o Operador Nacional nomeado foi a Associação Naval de Lisboa (ANL) na pessoa do Conde de Craia, que delegou a acção ao nível das praias na Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente (DGQA)

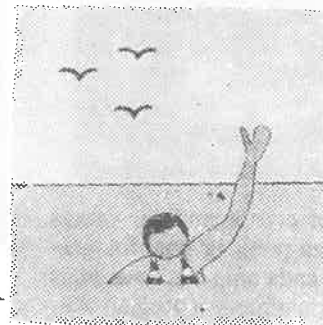
O projecto de estratégia a seguir pela DGQA consistiu em, através das Comissões de Coordenação Regional-CCRs (nomeadamente através das suas Direcções de Ambiente e Recursos Naturais - DRA-RNs), contactar as diversas entidades oficiais, a nível regional e local, com competências no domínio da gestão das zonas costeiras - Câmaras Municipais do litoral (54 no total), Capitánias dos Portos, Administrações Regionais de Saúde (ARSs), Delegações



Regionais de Turismo, com as quais se efectuariam reuniões, por Região, com os representantes destes diversos organismos. Mediante, o consenso de todas as entidades responsáveis em cada caso, seria preenchida a "ficha de candidatura" de cada praia; nesta ficha constavam os critérios imperativos a guias cujo cumprimento decidiria, juntamente com o "atestado comprovativo" da qualidade das águas balneares (ou seja, a apresentação dos boletins de análise respectivos), a atribuição ou não da "Bandeira Azul" a essa praia.

De salientar, por último, que antes da conferência de imprensa o Presidente da ANMP, Dr. Artur Torres Pereira, tomou parte na cerimónia de tomada de posse do Conselho Geral da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende, acto que teve lugar na CM de Esposende e foi presidido pelo Secretário de Estado do Ambiente. Após este acto de posse o Eng. Macário Correia e convidados visitaram as instalações da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende e deslocaram-se ainda à zona que será sujeita a uma intervenção imediata no âmbito da região abrangida por aquela área.

A ilha Terceira também possui águas limpas. Vamos concorrer e ganhar.



Deliberações Camarárias

Reposição de pavimento em valas abertas em diversos arruamentos da cidade

- Informação nº 33/88, do Engº Técnico Paulo Raimundo, alertando a Câmara para o estado em que se encontram algumas ruas da cidade, em consequência de valas abertas por diversas entidades públicas e privadas, sem que tenham procedido à reposição do respectivo pavimento, pelo que seria conveniente, tomar providências no sentido de forçar as entidades em causa a procederem, de imediato e com os cuidados técnicos necessários, à reposição do pavimento, responsabilizando-as por todos os danos causados a terceiros, em consequência de tal situação. A Câmara deliberou, por unanimidade, oficial à E.D.A. e aos CTT, informando que, de futuro, a abertura de valas fica sujeita a licença camarária, a qual só será concedida depois de indicados o local das obras e o prazo por que as mesmas decorrerão, a fim de, antecipadamente, ser feita a divulgação necessária através dos Órgãos de Comunicação Social, por cujas despesas ficarão responsáveis as referidas Empresas Públicas. Por outro lado, a licença só será emitida uma vez apresentada caução pelo, empreiteiro a favor da Câmara Municipal, ficando ainda as mesmas Empresas responsáveis por eventuais prejuízos a terceiros.

- Informação datada de hoje, do Fiscal de Obras Fernando Silva, dando conta de que o Recolhimento de Jesus Maria José procedeu à abertura de uma vala, cujo pedido foi autorizado em reunião de 88/08/11, sem que tenha procedido, ainda, à sua reposição, tendo apenas tapado a mesma com terra, a qual foi levada, na sua maior parte, pelas chuvas que caíram nos últimos dias, situação que vem prejudicando a circulação do trânsito naquela rua. A Câmara, considerando que os trabalhos que deram origem à abertura

da vala, se encontram concluídos, deliberou, por unanimidade, notificar a Instituição em referência para, no prazo de oito dias, proceder à reposição do pavimento sob pena de, na falta de cumprimento, a Câmara promover a execução dos respectivos trabalhos, através de prestação de serviços, a expensas da mesma Instituição.

2ª Alteração ao orçamento dos Serviços Municipalizados do ano de 1988

Presente a 2ª alteração ao orçamento dos Serviços Municipalizados do ano de 1988, a qual importa tanto na receita como na despesa na quantia de 160 120 864\$00 (cento e sessenta milhões cento e vinte mil oitocentos e sessenta e quatro escudos). - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente alteração orçamental, cujo teor aqui se dá como integralmente reproduzido.

Sistema de águas residuais da cidade de Angra do Heroísmo

Pº 35.15.01 - Offício nº 787C de 4 de Agosto findo do Gabinete CESL, informando que concordam com a minuta do contrato para elaboração do projecto de execução da remodelação do sistema de águas residuais da Cidade de Angra do Heroísmo. A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar aprovada a minuta de contrato em referência e dar poderes ao Senhor Presidente para outorgar no mesmo, ou ao respectivo substituto, no caso de falta ou impedimento daquele. Anexa-se à presente acta a referida minuta.

Cabines telefónicas públicas

Pº 31.16 - Offício nº 3921 de 6 do corrente da Direcção de Coordenação dos Açores dos Correios e Telecomunicações de Portugal dando

conhecimento de que tendo em conta os prejuízos financeiros que os CTT vêm suportando do uso abusivo das cabines cujo prejuízo ascende os cem contos anuais. - A Câmara tomou conhecimento.

Ligação de um ramal e contador de água ao Campo de Jogos da Terra-Chã

Pº 23.25 - Offício nº 80 de 13 do corrente, da Casa do Povo da Terra-Chã, solicitando a isenção do pagamento da taxa de ligação de um ramal de água ao Campo de Jogos daquela freguesia, bem como a instalação de um contador. - A Câmara deliberou, por unanimidade, assumir os encargos com a ligação do ramal bem como da instalação do contador, dando conhecimento do facto aos Serviços Municipalizados.

Projecto de regulamento de afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda

A Câmara deliberou, por unanimidade, designar o Vereador Senhor Engº Leonildo Garcia de Vargas e os funcionários Arquitecto de 2ª classe João Luis de Albuquerque Pires dos Santos e Chefe de Secção Lúcia Maria Coelho Pereira para constituírem o Grupo de Trabalho que elaborará uma proposta do Regulamento em referência, destinado a dar execução à Lei nº 97/88 de 17 de Agosto.

Projecto de regulamento de utilização de Parques Municipais de Estacionamento de Viaturas

A Câmara deliberou, por unanimidade, designar o Vereador Senhor Eduardo Ferreira Gomes da Silva e os funcionários Engº Técnico de 2ª classe Paulo Alexandre Vi-

lela Martins Raimundo e Chefe de Secção Lúcia Maria Coelho Pereira para constituírem o Grupo de Trabalho que elaborará uma proposta de Regulamento de Utilização de Parques Municipais de Estacionamento de Viaturas, de modo a ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal na sua Sessão de Novembro próximo.

Acidente de serviço

- Auto de Notícia datado de 27 de Setembro último, do Capataz dos Serviços de Obras José Gonçalves da Rocha, referente ao acidente ocorrido na Grota do Vale - São Bento com o servente JOSÉ ROMEIRO DO COUTO, do qual lhe resultaram ferimentos. A Câmara tomou conhecimento, tendo deliberado por unanimidade, assumir o respectivo encargo.

Exames de velocípedes com motor

Pº 31.22.01 - Offício nº 1198 de 23 de Setembro findo, da Direcção Regional dos Transportes Terrestres, dando conhecimento de que o decreto Regulamentar nº 69/85, de Outubro, estabelece que, no caso de os candidatos a exame de condução de velocípedes com motor terem dificuldades em ler e escrever e para os que tenham reprovido mais de 3 vezes na prova teórica escrita, esta poderá ser oral e efectivada perante júri. Mais informam que ao abrigo do nº 2 do art.º 54.º do Código da Estrada o Júri das provas orais é constituído por um examinador daqueles Serviços e por um funcionário, com carta de condução, pertencente aos quadros da Câmara e a designar por esta. A Câmara deliberou, por unanimidade, designar para o efeito o fiscal municipal Joaquim

Deliberações Camarárias

Fiscal de Obras

Alberto Vieira Borges. Nas suas faltas ou impedimentos este funcionário será substituído pelo fiscal municipal José Domingos Barcelos Mancebo.

Classificação de estabelecimentos hoteleiros - competência das Câmaras Municipais

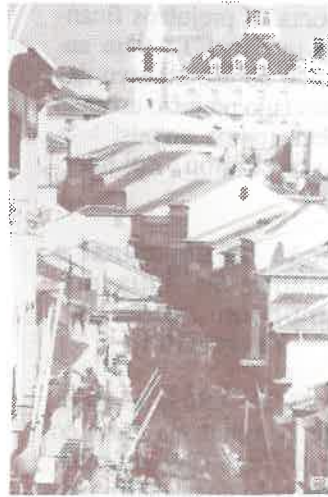
P.º 08.27 e 42.07.01 - Ofício n.º 3504, de 15 de Setembro findo, da Direcção Regional de Turismo, respondendo ao pedido de esclarecimento desta Câmara relativo à classificação de estabelecimentos hoteleiros-hospedarias e casas de hóspedes, e informando que da conjugação do art.º 4.º alínea a) e artigo 5.º alíneas b) e c) do decreto-lei n.º 328/86, de 30 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 149/88, de 27 de Abril, resulta que a classificação daqueles estabelecimentos hoteleiros é da competência das Câmaras Municipais. O Câmara tomou conhecimento.

9.ª Alteração ao orçamento da Câmara Municipal

Presente a 9.ª alteração ao orçamento da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para o corrente ano, a qual importa tanto na receita como na despesa na quantia de 20 410 000\$00 (vinte milhões quatrocentos e dez mil escudos). A Câmara aprovou, por unanimidade, a presente alteração orçamental, cujo teor aqui se dá como integralmente reproduzido.

I Encontro Internacional de Municípios com Centros Históricos

P.º 09.08.12 - Ofício n.º 6383, de 28 de Setembro findo, da Câmara Municipal de Beja-Divisão de Administração Urbanística, dando conhecimento da realização naquela



de 28 de Outubro a 1 de Novembro próximo do encontro acima referido para o qual a data limite de inscrição é o dia 7 do corrente. - A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a participação do Senhor Presidente no referido encontro.

Abastecimento de água à lavoura

O Senhor Presidente, Dr. Joaquim Ponte, deu conhecimento à Câmara dos contactos que tem vindo a estabelecer junto do Governo Regional com vista a avançar-se com o projecto de abastecimento de água à lavoura, na medida em que neste ano ficará praticamente concluído o abastecimento de água às populações no Concelho de Angra do Heroísmo.

Concretamente, fora contactado em tempo oportuno o Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas a quem fizera sentir a necessidade de ser feito, em primeiro lugar, um estudo que definisse as zonas a investir prioritariamente naquela área.

Em seguimento destas diligências - disse o Senhor Presidente - teve uma reunião na passada terça-feira, nesta Câmara, com o referido membro do Governo, durante a qual teve conhecimento que o mencionado estudo se encontra já concluído.

Assim, referiu o Senhor Presidente que considera conveniente apresentar, até ao final do corrente ano, candida-

tura a apoios comunitários para o projecto de abastecimento global de água à lavoura na Ilha Terceira, dele desanexando apenas a Zona do Paul, uma vez que em relação a esta é possível entregar ainda no ano em curso o respectivo projecto a fim de lançar a obra no ano de 1989.

Esta medida será possível atendendo a que, segundo o acordado naquela reunião, a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas financiará integralmente o projecto global ficando apenas sob a responsabilidade dos Serviços Municipalizados a execução da obra e manutenção das redes.

A Câmara concordou, por unanimidade, com as medidas preconizadas pelo senhor Presidente.

Protecção da zona da caldeira Gúilherme Moniz

Sob proposta do senhor Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, promover as diligências necessárias junto do Governo Regional no sentido de ser publicado diploma que crie medidas de protecção à Zona da Caldeira Gúilherme Moniz a fim de preservar de actividades no respectivo solo que possam ser inconvenientes para o abastecimento de água às populações.

Pedido de cedência de uma sobra de terreno a título precário

- Requerimento da Empresa De Lactínios da Ilha Terceira, Ld.ª, solicitando a cedência, a título precário, de uma faixa de terreno com 600 m2, situada na estrada Regatos/Escampadouro, a fim de ali ser construído um posto de recolha de leite. A câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o pedido nas condições do parecer dos Serviços de Obras, que deverá ser comunicado à requerente.

- Informação datada de 18 do corrente, do Fiscal de Obras Fernando Silva, dando conta de que os proprietários dos prédios sitos na Rua de S. João n.º 9 a 15, na freguesia da Sé, Rui Manuel Estrela Pontes e José Armando Lopes Toste, não executaram, ainda, o tapume destinado a vedar os referidos prédios, embora já tenham sido avisados por várias vezes. A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar os proprietários para, no prazo de oito dias, colocar tapume na obra sob pena de a Câmara, na falta de cumprimento, promover a execução dos trabalhos a expensas dos proprietários.

Abaixo assinado referente à existência de um aviário sito na rua de Santo António dos Capuchos, S. Bento

- Presente o ofício n.º 298, datado de 88/10/11, da Delegação de Saúde de Angra do Heroísmo, remetendo uma reclamação apresentada, naquela Delegação, por um grupo de moradores na Rua de Santo António dos Capuchos, referente à existência de um aviário de dimensões industriais, pertença de Arlindo Dias Teles, situado junto às suas residências. A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o proprietário do aviário para, no prazo de dez dias, desactivar o aviário conforme pareceres da Delegação de Saúde e Serviços de Obras desta Câmara.

Venda de pão e produtos afins em unidades móveis

Considerando que se aguarda o parecer da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo relativamente aos critérios a definir eventualmente por esta Câmara Municipal quanto ao assunto em epígrafe, conforme estabelece o art.º 9.º da Portaria n.º 10/88, de 9

Deliberações Camarárias

de Fevereiro, das Secretarias Regionais da Administração Pública e do Comércio e Indústria, o qual foi solicitado por ofício n.º 2034, de 88-04-08, a Câmara deliberou, por unanimidade, apreciar, caso a caso, os pedidos que lhe sejam apresentados para a concessão de licenças de venda de pão e produtos afins em unidades móveis, com utilização de veículos automóveis ligeiros de mercadorias ou reboque adaptadas para o efeito.

Entretanto, é ainda deliberado designar o Fiscal Municipal José Domingos Barcelos Mancebo para representar a Câmara no acto de realização das vistorias a efectuar pelos serviços dependentes da Secretaria Regional do Comércio e Indústria, nos termos do art.º da mesma portaria.

Nas faltas ou impedimentos daquele funcionário, a vistoria será efectuada perante o Fiscal Municipal Principal Joaquim Alberto Vieira Borges.

Espectáculos de Teatro

A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o pagamento da quantia de cem mil escudos - 100 000\$00, ao Grupo de Teatro "Alpendre" bem como da quantia de 60 000\$00 (sessenta mil escudos) ao Grupo de Teatro Pedra Mó, da freguesia dos Altares, provenientes da aquisição de espectáculos de teatro realizados em diversas freguesias do concelho.

Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara, resumidamente, dos assuntos tratados na última reunião da Associação de Municípios da Região, realizada na passada semana na Ilha Graciosa, na qual participou:

- Apreciação de contas relativas ao anterior, que mere-

ceram aprovação;

- Pedido de nove Câmaras da Região para aderir à referida Associação. Com a aceitação deste pedido estão integradas na mesma todas as Câmaras Municipais dos Açores à Excepção da do Corvo.

- Proposta da Associação para reter a verba proveniente dos lucros obtidos e destinada a cada Município com o fim de adquirir para os mesmos equipamento informático.

Em relação a esta proposta o Senhor Presidente comunicou que, apesar de aprovada, ficou salvaguardada a excepção para a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo em virtude de esta já possuir equipamento informático, pelo que oportunamente será recebida a quota parte em dinheiro que cabe a este Município;

- Proposta de adesão à Associação de Fundos de Pensão Social, que foi aprovada;

- Proposta de adesão à Sociedade de Investimentos, com vista a criar mecanismos para concessão de empréstimos e descontos às Câmaras Municipais para investimentos, em condições mais

favoráveis do que na banca comercial. - Esta proposta, por falta de elementos de informação, ficou de ser analisada em próxima reunião.

- Revisão das grelhas do jogo instantâneo, motivada pela apresentação de queixas diversas, assunto este que ficou, porém, de ser estudado em próxima reunião;

- Proposta de orçamento para 1989, cujo conteúdo é idêntico ao do ano em curso e que foi aprovado;

- Proposta de alteração dos Estatutos da Associação tendo em vista a possibilidade de esta participar em Sociedades a nível da Região. Esta proposta foi também aprovada.

Investimento turístico na zona balnear da Silveira

O Senhor Presidente informou a Câmara da situação do processo em referência, no que respeita ao projecto de infraestrutura que uma entidade privada pretende levar a efeito na Quinta do Caracol, da qual resultarão consideráveis benefícios para a população da Ilha Terceira.

Concretamente, referiu-se o Senhor Presidente ao facto de

tal projecto, que foi elaborado com o maior cuidado e após contactos havidos com as entidades intervenientes no processo, de modo a respeitar o meio envolvente, situação esta que provocou, inclusivamente, que o mesmo sofresse várias alterações, conter agora uma solução que mereceu parecer favorável dos Serviços Técnicos da Câmara, enquanto que a Direcção de Serviços de Obras Públicas e Equipamento bem como a Direcção de Serviços de Habitação, Urbanismo e Ambiente inviabilizam o mesmo com argumentos que considera pouco consistentes.

Por este motivo, disse o Senhor Presidente que enviou ontem um telex ao Senhor Secretário Regional do Equipamento Social, cujo teor leu, recorrendo daqueles pareceres técnicos, com o devido fundamento, e apelando para um despacho favorável de modo a viabilizar um processo que considera de indiscutível interesse para o desenvolvimento sócio-económico do Concelho e da Região. A Câmara concordou, por unanimidade, com as medidas tomadas pelo Senhor Presidente.



Foto de Carlos Aguiar

Toponímia Terceirense

Já com todas as canadas percorridas, vamos entrar na toponímia geral, numa demonstração eniquívoca da grande riqueza e variada toponímia terceirense, com imensos termos apenas aqui usados.

316 - CANADINHA DO TEATRO: Lugar na freguesia da Terra-Chã desta ilha Terceira;

317 - CANCELA - Monte situado nesta ilha Terceira, cuja elevação atinge 628 metros;

318 - CANCELAS - Lugares na freguesia do Raminho desta ilha Terceira, e ainda nas freguesias de Castelo Branco, Pedro Miguel da ilha do Faial;

319 - CANDELARIA: Quinta na freguesia de São Mateus da Calheta, também conhecida por Quinta da Candelária, nesta ilha Terceira, freguesias nas ilhas do Pico e de São Miguel e ponta de terra também na ilha de São Miguel;

320 - CANINAS: Antigo

forte em ruínas na freguesia de São Sebastião, desta ilha Terceira, mandado construir por Ciprião de Figueiredo em finais do século XVI;

321 - CANO REAL: Bairro na freguesia de Santa Luzia desta ilha Terceira;

322 - CANTA GALO: Bairro na freguesia de Nossa Senhora da Conceição desta ilha Terceira;

323 - CANTARIA: Fonte de água potável na freguesia das Doze Ribeiras desta ilha Terceira;

324 - CANTINHO: Povoações nas freguesias de São Mateus da Calheta desta ilha Terceira e, Salão da ilha do Faial;

325 - CANTO DO CAVALO: Lugar na freguesia de São Brás desta ilha Terceira;

326 - CANTO DOS ESPALHAFATOS: Lugar na

freguesia da Ribeirinha desta ilha Terceira;

327 - CANTO DOS MOINHOS: Lugar na freguesia das Quatro Ribeiras desta ilha Terceira;

328 - CAPARICA: Dois lugares, um na freguesia dos Biscoitos e, outro na freguesia das Lajes desta ilha Terceira;

329 - CAPITÃO: Lugares nas freguesias da Fonte do Bastardo desta ilha Terceira; na freguesia da Candelária da ilha do Pico; Lagoa também na ilha do Pico; ribeira na ilha de Santa Maria e ilhéus na ilha das Flores;

330 - CARDOSO: Lugar na freguesia de Santa Cruz desta ilha Terceira;

331 - CARREIRINHA: Bairro residencial em expansão na freguesia de São Bento, desta ilha Terceira;

332 - CASA DA RIBEIRA: Um dos maiores curatos terceirenses, pertencente à freguesia de Santa Cruz da cidade da Praia da Vitória;

333 - CASA DO PILAR: Lugar na freguesia de Nossa Senhora do Pilar desta ilha Terceira;

334 - CASA QUEIMADA DE BAIXO: Lugar na freguesia dos Biscoitos desta ilha Terceira;

335 - CASA QUEIMADA DE CIMA: Lugar na freguesia dos Biscoitos desta ilha Terceira.
Continua

NOTA INFORMATIVA

Regressou aos Açores o Coro da AMIT (Academia Musical da Ilha Terceira), que esteve durante duas semanas em digressão artística pelo Canadá e onde deu catorze concertos (em vez de oito previstos), que foram muito apreciados e aplaudidos, quer pelos emigrantes, quer por várias personalidades canadianas, tais como Ministro do Multiculturalismo de Ontário, Deputados, Presidente da Câmara de Montreal, representante do Reitor da Universidade de Toronto. Do lado português, idênticos elogios foram proferidos pelo Professor Doutor Pereira da Rosa, da Universidade de Ottawa, pelos párocos de Chomedey - Laval, Kitchener, Mississauga, o primeiro e segundo dos quais também ex-orfeonistas e ex-dirigentes de agrupamentos congéneros. O mesmo aconteceu em relação a um músico checoslovaaco que, sensibili-

zado pela interpretação de uma canção da sua pátria, acabaria

por fazer um discurso enaltecendo o Coro e do seu vasto e variado reportório, numa recepção oferecida em Montreal.

Ao abrir solenemente o II Ciclo de Cultura Açoriana no palácio do Governo, perante Sua Ex.^a o Ministro do Multiculturalismo, o Coro da AMIT dignificou, como foi referido, Portugal e os Açores, tendo merecido um segundo discurso de um Deputado federal e do Senhor Ministro, que felicitou a Directora artística, Dr.^a Luisa Alcobia e cumprimentou, um por um, todos os elementos do Coro.

Por todo o lado, o agrupamento foi distinguido e ovacionado em todos os locais onde se exibiu: Ottawa, Hull, Montreal, Kitchener, Toronto, Mississauga, tendo atingido foros de singularidade, ao ver-se aplaudido pelos próprios técnicos de som do

Complexo Des Jardins, em Montreal, que declararam, tal como o fez o Presidente da Câmara em Exercício, nunca terem ouvido um agrupamento com tanta qualidade.

O acolhimento e a simpatia dos anfitriões foi uma constante, assim como as recepções nos Clubes portugueses onde o Coro foi actuar. A prova do apreço pelo Coro da Academia está bem patente, nos pedidos das Associações para que o grupo volte ao Canadá, e nas várias recordações trazidas, algumas de muito valor, e que vão ser objecto de uma exposição pública numa casa comercial de Angra do Heroísmo, (Loja Vidal), entre os dias 20 e 27 e, entre os dias 20 e 27 e, provavelmente, no átrio da Câmara Municipal desta cidade, em data a confirmar.

Como ecos dos êxitos alcançados poderíamos citar entre outros os escritos do mica-

elense António Vallacorba no "Voz de Portugal", de Eduardo Soares, repórter do "Diário Insular", e de António Neves Leal, no vespertino "A União".

A Direcção desta Instituição Cultural, que espera em breve solicitar o estatuto de organismo de utilidade pública, regozija-se com os sucessos alcançados e agradece a divulgação desta nota informativa, que deve constituir motivo de alegria e consideração por parte dos açorianos residentes ou emigrados. Agradece ainda a todas as entidades que viabilizaram a digressão, nomeadamente, ao Governo Regional dos Açores - através da Direcção dos Serviços de Emigração.

Angra do Heroísmo,
18 de Outubro de 1988

Pe'l A Direcção da AMIT.